



O futuro com contornos do passado? Perspectivas sobre as relações Brasil-África a partir do novo governo Lula (2023)¹

The future with the contours of the past? Perspectives on Brazil-Africa relations from the new Lula da Silva government (2023)

48

Mateus José da Silva Santos

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

¹ Recebido para 05/03/2023. Aprovado para Publicação em 07/04/2023.

DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.10117133>





Resumo

Este artigo analisa os desafios de reativação da dimensão estratégica das relações Brasil – África no interior dos esforços de mudança na inserção internacional do país com o início do Governo Lula. Ao ativar a memória da chamada Política Externa Altiativa e Ativa enquanto um vetor de transformação das relações exteriores do Brasil após mais de uma década de retração na atuação internacional, a perspectiva de reinserção competitiva do país no continente africano enfrenta diferentes dilemas, tais como o desengajamento ocorrido ao longo dos últimos anos envolvendo antigas variáveis históricas de aproximação, a exemplo da cooperação, o comércio e a construção discursiva sobre tais relações. Além disso, argumenta-se que aspectos como a crise sistêmica e o quadro de competição geopolítica envolvendo potências emergentes e potências globais no continente africano, somado às características do cenário doméstico, como a necessidade de reaproximação entre o governo e determinados grupos de interesse (agronegócio e militares), além da mobilização de recursos para a afirmação de uma nova política africana apontam para a necessidade de uma reconfiguração das estratégias brasileiras em se reaproximar da África.

Palavras-chave: Relações Brasil-África, Política Externa Brasileira, Governo Lula.

Abstract

This article analyzes the challenges of reactivating the strategic dimension of Brazil-Africa relations within the context of changes in the country's international engagement efforts at the beginning of the Lula administration. By invoking the memory of the so-called "Altiative and Active Foreign Policy" as a vector for transforming Brazil's foreign relations after more than a decade of international withdrawal, the prospect of the country's competitive reintegration into the African continent faces various dilemmas. These dilemmas include disengagement that has occurred over the past years, involving historical variables of engagement, such as cooperation, trade, and discursive construction of these relations. Furthermore, it is argued that factors such as the systemic crisis and the geopolitical competition framework involving emerging powers and global powers in the African continent, combined with domestic factors like the need for re-engagement between the government and certain interest groups (agribusiness and the military), as well as the mobilization of resources to affirm a new African policy, point to the necessity of a reconfiguration of Brazilian strategies in re-establishing ties with Africa.

Keywords: Brazil-Africa Relations, Brazilian Foreign Policy, Lula da Silva Government.





Introdução

“**A** África não é a mesma. Seu dinamismo exige do Brasil que atualize sua política para o continente” (BRASIL, 2023a). Entre essas e outras palavras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva celebrou o Dia da África em ato reunindo representantes de Estados africanos no Itamaraty, enfatizando a importância das relações entre brasileiros e africanos e o horizonte de um relançamento de tais contatos, à luz de uma tendência de afastamento registrada nos últimos anos. No jogo envolvendo passado, presente e futuro, seu discurso estabelecia um sentido de mudança para a política brasileira em relação ao continente negro, enfatizando as diferenças existentes entre o contexto de formulação e implementação das iniciativas que marcaram um processo de reaproximação entre as duas partes do Atlântico ao longo dos seus dois primeiros mandatos (2003-2010) frente aos desafios domésticos e sistêmicos encontrados a partir de seu retorno ao Palácio do Planalto.

Em meio a tal diagnóstico, o presidente brasileiro listou diversas medidas na direção do que classificou como um “reencontro” envolvendo Brasil e África (BRASIL, 2023a). Antigas agendas de interesse da PEB, como a reforma do Conselho de Segurança, a internacionalização do capitalismo brasileiro e a ampliação das representações brasileiras no continente africano, se misturavam com aspectos relativamente recentes, como a valorização da experiência da integração africana, seu quadro de crescimento econômico e sua experiência no combate à COVID-19. No interior de um processo de redefinição da estratégia de inserção internacional, tal discurso entra em sintonia com os objetivos de reconstrução da Política Externa Brasileira a partir do novo governo iniciado em janeiro de 2023. Assim, esse artigo analisa os principais desafios envolvendo um processo de reativação das múltiplas dimensões das relações Brasil –África no governo Lula, considerando tanto a produção de uma espécie de balanço acerca do nível de distanciamento observado nos últimos anos quanto as principais questões que permeiam os esforços de reativação da dimensão geopolítica dessa interação.

Para tal exercício, adota-se uma metodologia mista. A partir do banco de dados disponíveis no Portal de Estatísticas de Comércio Exterior (COMEX STAT) e no site da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), analisa-se, a partir de métodos quantitativos, o quadro das relações Brasil – África nos últimos anos a partir de duas variáveis que historicamente influenciaram os movimentos de aproximação e distanciamento do país em relação ao vizinho Atlântico. Por meio de métodos qualitativos, apontam-se algumas das principais perspectivas expressas por formuladores da PEB.

Argumenta-se que, enquanto estratégia mais geral de reorientação da Política Externa do país, a recuperação dos princípios e das linhas de ação que historicamente constituíram a chamada Política Externa Altiiva e Ativa se mostram necessários, porém insuficientes para garantir um aumento de influência do Brasil no continente negro. Em meio aos problemas domésticos e ao complexo quadro internacional estimulado pelo aprofundamento de uma crise sistêmica, a distância geopolítica entre as duas partes do Atlântico se mostra ainda mais desafiante no seio de uma nova perspectiva de projeção externa após anos de declínio.

Esse texto é dividido em quatro partes. Num primeiro momento, estabelecem-se as principais bases geopolíticas da atual fase de uma crise sistêmica que se arrasta há décadas, enfatizando o aprofundamento no declínio da hegemonia estadunidense, a emergência de novos polos de poder na política internacional e





a condição ocupada por Brasil e África em tal movimento. Em seguida, passam-se as considerações sobre a Política Externa Brasileira nos últimos treze anos, com destaque para o quadro de declínio na inserção internacional do país e a tendência de desengajamento da presença brasileira no continente africano. Num terceiro instante, apresentam-se as principais bases históricas, políticas, econômicas e socioculturais que constituíram o desenho multifacetado das relações Brasil – África, reconhecendo a existência de oscilações que acarretam a ausência de uma “linearidade de conduta” (CERVO, 2008, p.292). Por fim, apontam-se os principais desafios de natureza doméstica e sistêmica para uma reaproximação entre Brasil e África a partir do novo governo Lula, observando criticamente as insuficiências na recuperação da estratégia desenvolvida no início do século XXI enquanto vetor de reconstrução a PEB no atual contexto.

O Mundo além de Washington: o declínio na hegemonia dos EUA e o atual quadro de aprofundamento da crise sistêmica

Em meio ao “pluralismo intelectual” no campo das Relações Internacionais a partir dos anos 1970 (LAGE, 2007, p.103), diversos teóricos como Robert Cox (2021), Giovanni Arrighi (1996) e Immanuel Wallerstein (2004) chamaram atenção para o início de um processo de desagregação da ordem global constituída no Pós-Guerra, sob a hegemonia estadunidense. Entre os principais motores para o fim do ciclo de acumulação estadunidense estariam questões das mais diversas ordens: no campo econômico, a perda do monopólio de Washington sobre a liquidez mundial, um quadro de estagnação econômica e elevação da competição intercapitalista a partir da recuperação do Japão e da Europa Ocidental; no terreno político-ideológico, as transformações ocorridas sob os efeitos da chamada Revolução Mundial de 1968 e sua contestação ao *status quo* de Yalta e as estratégias antissistêmicas então em vigor; do ponto de vista militar, as repercussões da derrota estadunidense no Vietnã.

Nesse ambiente, um novo período de transição hegemônica se abriria a partir de um complexo processo de corrosão das bases de afirmação de Washington enquanto força centrípeta do sistema-mundo desde 1945. Se nos anos 1980, tal processo se encontraria em ritmo menor diante da ofensiva neoliberal, a perspectiva de reforço do nível de institucionalização da ordem mundial e uma estratégia mais ofensiva diante das Crises no Terceiro Mundo, a desagregação sofreria com um novo momento de aceleração após o Fim da Guerra Fria e, especialmente, no início do Século XXI sob os efeitos do 11 de setembro e o descompasso entre a posição relativa dos EUA no sistema e a percepção dos principais formuladores da Política Externa (PENNAFORTE, 2023). Em meio à perspectiva de um mundo multipolar, o projeto de um Novo Século Americano representava um descompasso frente às transformações globais,² valorizando o unilateralismo como vetor de ação externa e priorizando agendas como o Combate ao Terror.

² O *New American Century* foi um projeto geopolítico de liderança dos EUA construído pelos segmentos neoconservadores durante os anos 1990. No diagnóstico de um relativo declínio da primazia estadunidense no sistema mundial, os caminhos para uma retomada do protagonismo foram fincados a partir da defesa do unilateralismo como fator básico da inserção internacional, um forte engajamento político-militar e diplomático de afirmação de sua condição frente aos demais atores do sistema





Nas mais diferentes esferas, tal crise demonstrou sinais de aprofundamento nas duas últimas décadas. Do ponto de vista da relação de forças no sistema mundial, a ascensão de novos Estados como a China, a Federação Russa e outras potências emergentes, além da crise do multilateralismo traduzem alguns sentidos da desagregação de uma ordem marcada até então por acentuado grau de institucionalização sistêmica e centrada no mundo Atlântico. Além disso, impasses relativos às relações entre Estados Nacionais, governos, sociedades e meio ambiente assumem contornos ainda mais profundos com a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita, marcados por discursos de oposição às características das democracias liberais e ao fenômeno da globalização. Tais rumos da luta política interna e externa evidenciam outros revezes para aspectos constituintes da antiga ordem global, tais como a acentuação da internacionalização do globo, a valorização dos ideais da democracia representativa e do capitalismo, nas suas mais diferentes facetas, enquanto modo dominante de organização econômico-social.

No interior de tal dinâmica, a trajetória africana nas últimas décadas se caracterizou pela variação entre a influência de tais desafios de natureza global e a construção de um caminho particular rumo ao avanço do crescimento econômico, da produção de uma relativa estabilidade política, desenvolvimento de novos mecanismos para a integração regional e ampliação da sua margem de manobra frente às transformações globais. Após quase duas décadas de relativas frustrações diante dos desafios de construção dos Estados-Nação, do processo de reinserção do continente na dinâmica do capitalismo global e da afirmação de um subsistema regional africano autônomo, a perspectiva de um *Africa Renaissance* se fundamentou a partir dos anos 1990 em meio ao fim do *apartheid* e reintegração plena da África do Sul nos esquemas regionais e continentais, a diminuição das tensões decorrentes do aprofundamento da Guerra Fria em regiões como a África Austral e o Chifre da África entre os anos 1970 e 1980 e a emergência de uma onda de redemocratizações em diversos Estados. Por outro lado, os sinais de estabilidade coexistiram com o desenvolvimento e o aprofundamento de diferentes desafios de natureza médico-sanitária, políticos e socioculturais (PENNA FILHO, 2023), tendo como alguns dos principais marcos o Genocídio de Ruanda (1994) e os conflitos no Congo (1996-1997).

52

Conforme Paulo Fagundes Vizontini (2010), a primeira década do século XXI marcou um período de “surpreendente reafirmação” do continente. Impulsionado por um quadro de crescimento econômico e relativo avanço na estabilidade política, o período em questão marcou uma nova fase nas relações interafricanas e do papel do continente na geopolítica contemporânea. Além da criação da União Africana e do estímulo aos esquemas de integração sub-regional, a África do novo século se notabilizou pelo desenvolvimento de novos projetos de desenvolvimento econômico e político como o NEPAD e a Agenda 2063 e o reconhecimento de um ambiente cada vez mais favorável para a atração de novos investimentos.³ Diante dos traçados de um mundo multipolar, o continente africano assumiu uma condição estratégica

(WALLERSTEIN, 2004). Tais perspectivas sobreviveram às diferentes transições entre republicanos e democratas ao longo de mais de vinte anos.

³ A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (em inglês, New Partnership for Africa's Development) foi um documento lançado no ano de 2001, estabelecendo as bases político-institucionais, econômicas e geopolíticas para uma reinserção africana no sistema global, considerando a promoção de crescimento econômico, atração de investimentos, promoção da boa-governança e fortalecimento das democracias. Na fusão entre o Omega Plan senegalês e o African Recovery Programme (MAP), tal projeto representaria um esforço africano, a partir de premissas liberais, em responder aos novos desafios da globalização e da redefinição na posição do continente após o fim da Guerra Fria.





dentro de uma corrida por disputa de influência envolvendo novas potências globais como a China, potências reemergentes como a Rússia, potências emergentes do antigo Terceiro Mundo a exemplo de Brasil, Indonésia, Turquia, potências regionais africanas como a África do Sul e a Nigéria, além das antigas potências coloniais europeias e dos EUA.

Em meio ao quadro de aprofundamento da desordem global, os atores africanos ampliaram suas posições diante das transformações sistêmicas, constituindo um vetor possível em meio aos projetos de inserção internacional de potências emergentes com viés autonomista e universalista. Diante de tal constatação, avalia-se a trajetória recente da PEB, chamando atenção para o declínio na inserção externa do país ao longo da última década e a existência de um horizonte revisionista a partir do novo governo Lula.

Ventos de mudança na Política Externa? Do declínio na inserção internacional brasileira ao horizonte de reinserção do país nas dinâmicas globais

Entre o fim do período de abertura política após a ditadura militar e o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a PEB foi desenvolvida ao menos a partir de três grandes fases. Entre o início dos anos 1990 até a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, as relações exteriores do Brasil foram caracterizadas pelos desafios de inserção do país em meio à transformação da ordem global com o fim da Guerra Fria. Alinhada aos pressupostos neoliberais e ao discurso da globalização, tal fase se notabilizou por uma tendência de adesão aos regimes internacionais então vigentes, ao relativo afastamento conceitual de teses consideradas como terceiro-mundistas a partir de uma redefinição do lugar do Brasil no mundo e a perspectiva de reinserção competitiva. Ao contrário das décadas anteriores, o período em questão marcaria certo desengajamento do país, prevalecendo o que José Flávio Sombra Saraiva classificou como “opção seletiva” (1996, p.217), reduzindo o alcance da política brasileira naquele continente.

53

A partir de 2003, uma nova estratégia de inserção internacional de viés autonomista e revisionista se desenvolveu ao longo dos dois mandatos do governo Lula. Em meio a um horizonte de um mundo multipolar, as relações exteriores do Brasil foram demarcadas por meio de um processo de diversificação de parcerias, engajamento do Brasil em movimentações de reforma e ocupação de espaço em determinados regimes internacionais, ampliação dos laços multilaterais em nível regional e global, além da “busca por condições favoráveis ao desenvolvimento” (RICUPERO, 2017, p.646). Nesse contexto, a ampliação das relações com o continente africano adquiriu alguma importância nos esforços de projeção exterior do país, valorizando o desenvolvimento de uma estratégia multifacetada envolvendo o avanço na cooperação técnica, a extensão da presença diplomática do país no continente, a internacionalização do capitalismo brasileiro e as tratativas políticas sobre o presente e o futuro da ordem global.

Sinais de mudança começaram a ser vistos ainda durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Conforme Miriam Gomes Saraiva (2014), os sentidos de relativa continuidade na estratégia internacional não foram acompanhados por uma manutenção no engajamento do governo nas ações externas. Outros autores como Antônio Carlos Lessa e Amado Cervo reconhecem um processo de declínio





na inserção internacional do Brasil, influenciado por um conjunto de aspectos internos relativos à relação entre Estado, governo, setores dinâmicos da sociedade e diplomacia:

As causas que determinam a mudança e a nova tendência, localizam-se no enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; na quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; no enfraquecimento de estratégias e inexistência de ideias novas capazes de motivar agentes externos; no emperramento da gestão pública com perda de capacidade indutora do Estado; enfim, no protagonismo de Rússia e China no seio do BRICS (2014, p.149).

Impulsionado pelos problemas domésticos vividos pelo país, a Política Externa sofreria com certa readequação entre as políticas públicas e as agendas governamentais de prioridade do governo Dilma. Além dos fatores destacados pelos autores, outros aspectos como os efeitos da nova etapa de crise do capitalismo global após 2008 e seus reflexos em diferentes atores como a União Europeia e os países emergentes, tensões regionais e globais decorrentes de episódios como a Primavera Árabe e o advento de uma Nova Onda Conservadora na América Latina, Europa e EUA, além do aprofundamento da competição sino-estadunidense apontavam para novos desafios à projeção externa do país. Do ponto de vista das relações Brasil – África, apesar da manutenção de índices razoáveis de comércio entre as duas partes, aspectos como o exercício da diplomacia presidencial e a produção de novas iniciativas de dinamização das interações entre as duas partes deixaram de fazer parte do horizonte de políticas brasileiras para o continente africano.

54

Sob o governo Michel Temer (2016-2018), a retração na atuação externa do Brasil ganhou novos e profundos contornos. Alinhado aos objetivos de avanço dos projetos neoliberais, a PEB durante o mandato do emedebista se caracterizou por um esforço de distanciamento frente aos seus antecessores e a retomada de um conjunto de princípios e ações historicamente vinculadas à concepção do chamado Estado Normal, um dos paradigmas constituidores da Política Externa nos anos 1990. Sob o signo da chamada “desideologização” e na valorização da diplomacia econômica,⁴ o governo Temer buscou reorientar a inserção externa do país a partir do desengajamento frente a antigos esquemas de integração regional de viés autonomista, a atribuição de prioridade as agendas comerciais e financeiras no MERCOSUL e em outras arenas de atuação do Brasil, além da adoção de uma postura mais agressiva diplomaticamente em relação à Venezuela. Em meio aos processos de transformação da PEB nesse contexto, as relações Brasil – África sofreram com um aprofundamento na tendência de distanciamento verificada desde o governo Dilma (ALMEIDA, 2017). Segundo Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Henrique Mallmann (2020), houve um predomínio de uma concepção de valorização da dimensão comercial das relações brasileiro-africanas, abandonando assim o caráter político-estratégico de tais interações. O relativo crescimento dos índices de

⁴ Conforme Danilo Sorato Oliveira Moreira, compreende-se enquanto desideologização o apelo a uma “aparente neutralidade ideológica” na formulação da PEB (2020, p.12). Inserido num contexto de mudança na inserção internacional do país, esse tipo de discurso pode ser visto como uma incorporação de tendências contemporâneas críticas a Política Externa no governo Lula, impulsionada por setores mais liberais (JAKOBSEN, 2013; MOREIRA, 2020).





exportação e importação neste período não foi capaz de recuperar a posição do continente no comércio exterior brasileiro e nem mesmo atingir os valores registrados ainda na primeira metade da década passada.

Ampliando a tendência declinante na inserção internacional brasileira, o Governo Bolsonaro estabeleceu um sentido complexo envolvendo continuidade e descontinuidade na trajetória da PEB. Se do ponto de vista da história recente as relações exteriores estiveram em relativa sintonia com o horizonte de aprofundamento das reformas neoliberais, a adoção de diferentes perspectivas e linhas de ação vinculadas a segmentos de extrema-direita em nível nacional, regional e internacional promoveram uma espécie de “dupla ruptura” na Política Externa (SANTOS, 2022, p.47-48). Além de se distanciar de forma prática e conceitual dos diferentes tipos de inserção internacional em conflito ao longo das três décadas da Nova República, diferentes ações empreendidas pelo governo representaram violações aos mais diferentes princípios e diretrizes que regem as relações internacionais no Brasil, inscritas na Carta Magna de 1988.

Em meio aos conflitos envolvendo a coalizão governante, a Política Externa Bolsonaro se notabilizou por um processo de redirecionamento da ação do país no mundo, voltando-se, em especial, para o aprofundamento nas relações com os EUA de Donald Trump, ampliação nas relações com países governados pela extrema-direita no Ocidente e em outras partes do globo, afastamento de agendas e perspectivas historicamente vinculadas aos tipos de inserção de viés autonomista e universalizante, além da introdução de signos, conceitos e ideias que redefiniam a posição do Brasil na arquitetura global dentro de um horizonte civilizacional judaico-cristão conservador.

55

Apesar do relativo desengajamento ocorrido com a saída de Ernesto Araújo da chancelaria em 2021, as mudanças ocorridas desde então não foram capazes de alterar substancialmente os retrocessos vividos na PEB durante todo o período. Do ponto de vista das relações Brasil – África, Flávio Tales Ribeiro Francisco et. al. (2021) salientam sobre o fim da dimensão estratégica do continente dentro das características mais gerais da PEB nesse contexto. Além da ampliação do abandono dos mais diferentes vetores de inserção do país na África e da crescente marginalização do continente frente às novas prioridades externas, um descompasso entre discurso e prática evidencia o nível crítico de afastamento do Brasil em relação ao vizinho Atlântico. A valorização do discurso comercialista, característica apresentada desde o governo Temer, também não se traduziu em resultados efetivos para a política brasileira no continente. Além da permanência da redução da participação africana no comércio exterior brasileiro pelo menos até 2020, o sentido de ruptura almejado pelo novo governo não conseguiu produzir uma diversificação nas parcerias e nem mesmo retomar os índices de exportação e importação atingidos ao longo da primeira metade da década passada.

Em meio ao acirrado quadro político-eleitoral de 2022, a política externa constituiu uma das políticas públicas de dissenso entre as principais candidaturas em questão, simbolizando uma arena de debates, mesmo que limitada e específica, entre diferentes projetos de governo. A partir de um diagnóstico acerca de um quadro de retrocesso na PEB, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu, em linhas gerais, um movimento de reconstrução das relações externas a partir de uma estratégia de reativação de princípios e linhas de ação que historicamente constituíram a chamada Política Externa Altiava e Ativa. Dentre os horizontes estabelecidos, uma proposta de recuperação da dimensão estratégica das relações Brasil – África salienta certa disposição da redefinição na inserção internacional do país a partir de bases autonomistas e universalistas:





Defender nossa soberania exige recuperar a política externa ativa e ativa que nos alçou à condição de protagonista global. O Brasil era um país soberano, respeitado no mundo inteiro. Ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento dos países pobres, por meio de cooperação, investimento e transferência de tecnologia. Reconstruiremos a cooperação internacional Sul-Sul com América Latina e África. Defenderemos a ampliação da participação do Brasil nos assentos dos organismos multilaterais (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2022, p.17-18)

Avaliando positivamente a experiência petista durante o governo Lula, a reconstrução da Política Externa sob a perspectiva de ativação da memória acerca da Política Externa Altiiva e Ativa tem como um dos principais vetores a reaproximação com o continente africano. Reiterando um caráter menos assimétrico da cooperação do país com o Sul Global, a proposta de retomada de tais parcerias acompanha *pari passu* antigos anseios de maior participação do país nos processos decisórios em nível internacional. Nessa perspectiva, a formulação de uma nova política externa para o continente africano envolveria um movimento de resgate e atualização, à luz da experiência recente e dos desafios colocados para uma reinserção brasileira em tal contexto.

Variáveis de aproximação e distanciamento envolvendo as relações entre Brasil e África

O novo contexto da Política Externa a partir do governo Lula se insere também dentro de um movimento pendular de desenvolvimento das relações Brasil – África. Na historiografia da PEB, diversos autores chamaram atenção para a inexistência de uma política sólida envolvendo as duas partes do Atlântico (SARAIVA, 1996; ALMEIDA, 2017). Num jogo envolvendo momentos de aproximação e distanciamento ao longo dos séculos XX e XXI, a intensidade e o caráter estratégico de tal relacionamento coincidiram, em certa medida, com mudanças mais gerais nas relações exteriores. Momentos de afirmação de princípios e linhas de ação de viés mais autônomo e universalista como nas experiências da Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, no Pragmatismo Responsável de Geisel e na Política Externa Altiiva e Ativa de Lula foram marcados pela produção de diferentes iniciativas de aproximação entre brasileiros e africanos. Em contrapartida, contextos marcados por maior retração na atuação externa do país ou por tendências de sobrevalorização das relações com o chamado Norte Global tenderam historicamente a marginalizar as relações Brasil – África, o que pode ser observado ao longo dos primeiros anos após o Golpe Civil-Militar de 1964, nos anos 1990 e os governos assumidamente neoliberais e na fase mais recente da PEB com o declínio na inserção internacional.

Considerando o horizonte estabelecido pelo atual governo Lula quanto à possível reinserção do Brasil no continente africano, a reivindicação da experiência da Política Externa Altiiva e Ativa como estratégia de mudança na inserção internacional do país tem como um dos principais aspectos caracterizadores o desenvolvimento histórico de um conjunto de vetores que historicamente atribuíram às relações Brasil – África um caráter multifacetado. Dentre as principais movimentações a serem reconhecidas, destacam-se o potencial africano no interior do processo de internacionalização do capitalismo brasileiro, a cooperação





internacional, a emergência do chamado discurso culturalista, a dimensão geopolítica e os objetivos de projeção externa do Brasil.

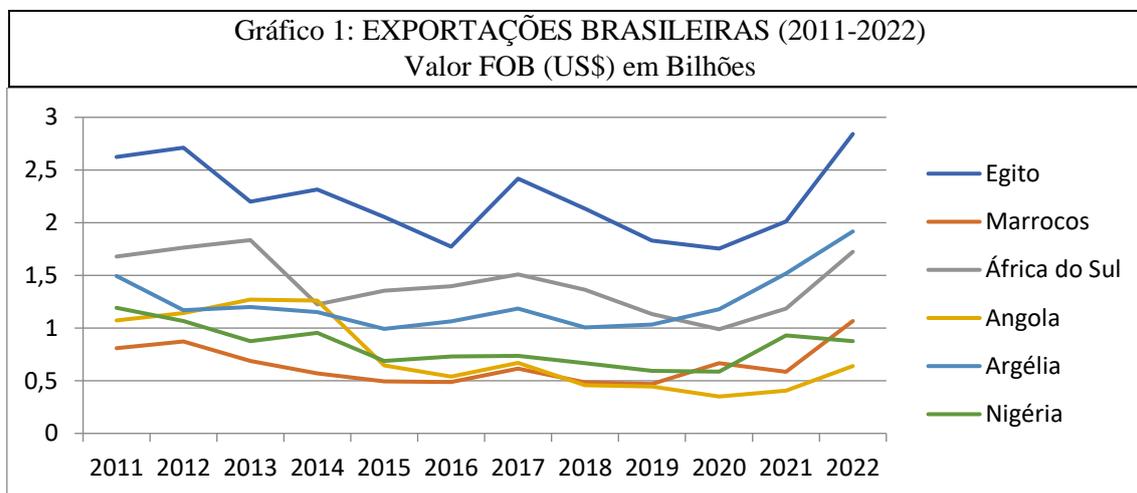
Sob um ponto de vista econômico, as relações Brasil – África se constituíram numa espécie de vetor externo de desenvolvimento do país ao se transformarem em potencial motor no interior do processo de substituição de exportações a partir da década de 1960.⁵ Observada enquanto possível mercado importador dos manufaturados brasileiros, diferentes movimentações de ampliação da presença diplomática e comercial do país em meio aos novos estados independentes visavam também garantir alguma complementaridade no processo de escoamento da produção industrial, para além do mercado doméstico e de outros parceiros comerciais em nível regional e global. Também num sentido comercial, as crescentes necessidades de importação de petróleo também influenciariam a aproximação com Estados produtores, a exemplo da Nigéria e da Argélia ao longo dos anos 1970 (SARAIVA, 1996).

Nas últimas décadas, um jogo envolvendo mudanças e permanências caracterizou o comércio Brasil – África. Além da diminuição do peso dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras para o continente negro, o caráter concentrado do comércio ainda se reflete diante da permanência de um conjunto relativamente sólido de países que transitam entre as primeiras posições enquanto destino das mercadorias produzidas no país. Analisando a elevação no comércio Brasil – África durante o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), Patrícia Soares Leite destacou o protagonismo de países como “África do Sul, Nigéria, Egito, Angola e Argélia” no crescente quadro das exportações brasileiras naquele contexto (2011, p.182). A partir de dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o gráfico a seguir evidencia a trajetória das exportações brasileiras a partir das principais parcerias existentes no continente africano:

⁵ Compreendido como um “modelo complementar ao modelo substitutivo de importações” (SILVA, 2005, p.281), a substituição de exportações correspondeu à emergência de uma nova fase no processo de desenvolvimento nacional a partir da consolidação de um parque industrial diversificado. Na perspectiva de conquista de novos mercados para os manufaturados brasileiros, tal política se pautou por certa flexibilização do comércio exterior do país.



Gráfico 1: Exportações brasileiras (2011-2022)



Fonte: Do autor, com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2023).

Mesmo diante das transformações ocorridas na Política Externa na última década, as relações comerciais entre Brasil e África, do ponto de vista das características do mercado exportador, mantiveram o mesmo perfil de concentração em parceiros comerciais específicos. Em que pese às alternâncias entre os países em questão, a diversificação das parcerias brasileiras no continente negro continua como meta a ser perseguida no interior dos projetos de aprofundamento das relações entre brasileiros e africanos. O gráfico a seguir ilustra o peso dos seis maiores destinos nas exportações brasileiras em relação aos demais países:

Gráfico 2: Exportações brasileiras (2022)



Fonte: Do autor, com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2023).



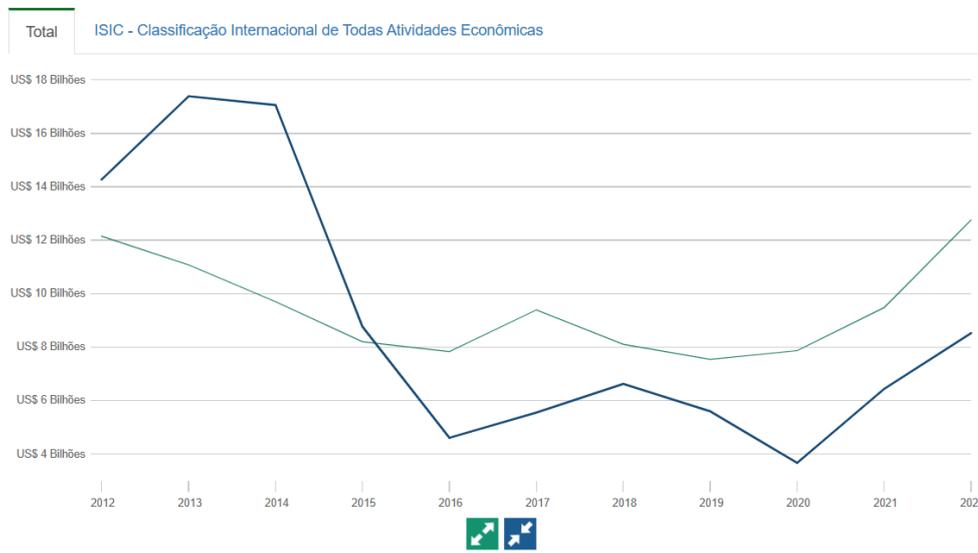
Considerando os dados relativos ao ano de 2022, os seis principais parceiros comerciais brasileiros representaram juntos pouco mais de 70% do valor total registrado acerca das exportações para o continente. Observando mais detalhadamente o comércio com o Egito no mesmo ano, o predomínio do setor primário é evidenciado a partir do peso de produtos como Milho, Açúcar e melação, Carne Bovina, Minério de Ferro e Soja, ocupando pouco mais de 80% do total das exportações brasileiras para o país.

Outras características do comércio Brasil – África nos últimos anos dizem respeito às alterações na balança comercial e seu peso no total do comércio exterior brasileiro. Em relação ao primeiro aspecto, os últimos oito anos registraram seguidos superávits para o Brasil, revertendo uma tendência histórica de um comércio deficitário. Conforme os dados a seguir, tal característica também acompanha duas marcas das relações comerciais a partir da segunda metade da última década: a queda significativa das importações brasileiras; o desenvolvimento de um caráter oscilatório no comércio Brasil – África, em números inferiores ao registrado até 2014; queda na participação africana no total do comércio exterior do Brasil.

Gráfico 3: COMÉRCIO BRASIL – ÁFRICA (SÉRIE HISTÓRICA: 2012-2022)

Valor FOB (US\$) em Bilhões

Série histórica - Parceiro: África



Fonte: Do autor, com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2023).

Conforme Daniela Freddo e Guilherme Gomes de Barros de Souza (2021), o peso africano no comércio exterior brasileiro caiu quase 2% entre 2014 e 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Em 2020, num contexto de queda geral do comércio exterior brasileiro, a participação africana também continuou regredindo, constituindo apenas 3,1%. Desde 2021, em meio ao processo de recuperação do



comércio exterior do Brasil após a pandemia, o peso africano tem crescido timidamente, passando de 3,2% em 2021 para 3,5% em 2022.

Consolidando-se enquanto um Estado promotor, a cooperação brasileira com o continente africano adquiriu destaque nas duas últimas décadas, tornando-se um dos principais vetores na construção de uma política africana. Nos marcos da chamada Cooperação Sul-Sul, a intensificação nos laços entre brasileiros e africanos a partir de uma agenda que assumiu espaço cada vez mais relevante na PEB no século XXI buscava assumir características singulares, frente às experiências de ajuda externa protagonizadas pelo Norte Global. Longe de constituir uma espécie de “cooperação desinteressada” (MILANI, 2017, p.02), a emergência do Brasil e de outros países em desenvolvimento enquanto expoentes de um tipo de cooperação geopoliticamente fora do eixo tradicional composto pelos principais atores capitalistas no século XX esteve inscrita também dentro de um contexto de aprofundamento da crise hegemônica dos EUA e do possível redesenho de uma ordem mundial a partir de uma perspectiva multipolar (WALLERSTEIN, 2004). Nesse sentido, o investimento em cooperação se tornou uma ferramenta cada vez mais relevante nas estratégias de inserção internacional dos países emergentes e na materialização de uma possível nova configuração da arquitetura política mundial.

A Cooperação Brasil – África assumiu diferentes modalidades ao longo da História. Além da Cooperação Humanitária a partir de ações voltadas ao combate à fome e outras questões vinculadas à prevenção e remediação em situações de desastres, iniciativas vinculadas às Cooperações Econômica, Militar e Técnica estiveram entre algumas das principais iniciativas do Brasil na direção do continente negro. No primeiro caso, políticas de financiamento a partir do BNDES e do Tesouro Nacional se somaram com ações como o perdão de dívidas de determinados Estados africanos em governos distintos. Em relação à dimensão militar, a participação brasileira em Missões de Observação e Manutenção da Paz, além do desenvolvimento de acordos na área de Segurança e Defesa fizeram parte da trajetória de ações empreendidas pelo nosso país. Observado enquanto um meio de transferência de conhecimento em prol da transformação estrutural dos sistemas produtivos dos países receptores, a chamada Cooperação Técnica também foi uma das linhas de ação do Brasil no continente negro, notabilizando-se pela emergência de projetos em diferentes áreas. Vista como um modelo mais flexível para os países receptores, esta modalidade de cooperação assumiu um protagonismo no interior dos esforços brasileiros em se reaproximar dos países africanos no início do século XXI:

Um dos pilares na integração Brasil – África foi o da cooperação técnica. O endividamento dos países africanos e, conseqüentemente, a imposição de restrições à sua capacidade de importação, somado a poucos recursos financeiros na maioria dos Estados, concorreu para a eleição da cooperação técnica como alternativa mais viável de presença brasileira na região, em vez da concessão de créditos para a intensificação das trocas comerciais (LEITE, 2011, p.184).

Alcançando mais de uma centena de projetos, a atuação brasileira na África a partir da cooperação técnica alcançou mais de trinta países, com prioridade atribuída aos PALOPs. Dados obtidos a partir do site da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) indicam que, entre 2000 e 2014, as principais áreas de oferta da cooperação técnica foram respectivamente agricultura, educação e saúde (BRASIL, 2023c). Entre os projetos mais conhecidos, destacaram-se a extensão da cooperação em educação superior, por meio do





fornecimento de bolsas de estudo e construção da UNILAB, ações da EMBRAPA no continente africano, com destaque para o projeto Cottom-4 e projetos vinculados à Fiocruz e na promoção do conceito de cooperação estruturante em saúde (BRASIL, 2016).

No contexto do declínio da inserção internacional brasileira, dificuldades domésticas culminaram com uma retração na cooperação brasileira no continente africano. Diante da tendência de afastamento do país frente ao vizinho Atlântico, um desengajamento frente as mais diversas modalidades que constituíram esse relacionamento culminaram com uma redução no número de projetos formulados e executados. Conforme Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Mallmann (2020), o governo Temer se caracterizou por uma perspectiva de valorização da dimensão das relações comerciais com o continente africano em detrimento de outras áreas de atuação, inclusive no campo da cooperação. Tal tendência se manteve durante o governo Bolsonaro. A partir dos dados coletados no portal oficial da ABC, até maio de 2022 havia cerca de 75 projetos de cooperação envolvendo o Brasil e países do continente africano vigentes, distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 1: Projetos em execução (até maio de 2022)

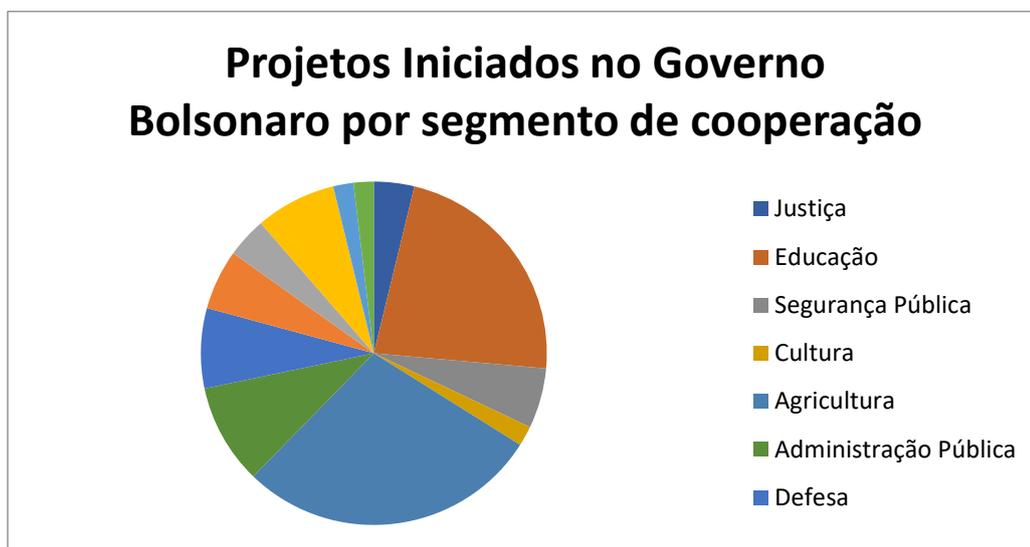
Tipo de Cooperação	Quantidade
Trilateral	4
De Bloco	4
Trilateral com organismo	12
Sul-Sul	55
Total	75

Fonte: Do autor, a partir de dados disponíveis no Portal da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Os números acima não dão conta de um quadro muito complexo. Do universo de 75 projetos, 53 deles foram iniciados durante o governo Bolsonaro e, desses, apenas 16 foram concluídos no recorte temporal em questão. Em relação aos projetos iniciados a partir de 2019, independentemente de executados ou não, agricultura, educação e administração pública foram os setores com maior destaque:



Tabela 1: Projetos iniciados no governo Bolsonaro por segmento de cooperação



Fonte: Do autor, a partir de dados disponíveis no Portal da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Apesar da manutenção de um caráter relativamente heterogêneo dos projetos em vigor, o governo Bolsonaro aprofundou uma tendência de desvalorização da cooperação como vetor de inserção do Brasil na África (FRANCISCO; SANTOS; ALVES, 2020). Nessa perspectiva, um dos desafios apresentados ao novo governo Lula reside na reativação e diversificação dos projetos de cooperação, reunindo recursos, mobilizando atores institucionais e sociais em prol da ampliação no número de ações no continente africano.

Outra variável constituinte das relações Brasil – África ao longo da História diz respeito à produção de discursos que correlacionavam leituras sobre a trajetória de formação sociocultural do Brasil, a mobilização de identidades nacionais, a afirmação de um perfil particular de ação internacional a partir de aspectos endógenos e exógenos que credenciariam o país no sistema mundial. Conforme José Flávio Sombra Saraiva (1993), o chamado discurso culturalista constituiu em um recurso voltado para o “consumo interno e externo que visava apresentar a nova política como uma consequência natural dos séculos de contatos do Brasil com a África” (1993, p.219). Entre intelectuais, políticos, militares, setores da imprensa e demais interessados pelos rumos da Política Externa, a afirmação de uma suposta democracia racial adquiriu a condição de uma espécie de “base explicativa” da inserção internacional do país a partir da segunda metade dos anos 1950 (SANTOS, 2005, p.42), conciliando interesses pragmáticos como a conquista de novos mercados externos e a ampliação geográfica da atuação internacional do Brasil com um imaginário sobre a transformação do país numa potência global.

Conforme Jocélio Teles dos Santos, a crença em um suposto “capital simbólico” do Brasil em relação às movimentações favoráveis a um processo de aproximação com o continente africano se pautavam pela reiteração do papel dos africanos na formação da cultura nacional (2005, p.43), pela singularidade sociohistórica brasileira e seu potencial em se tornar um referencial para os Estados africanos em seus





desafios de construção da nação diante do avanço do processo colonial e pelos esforços de engajamento de representações não-brancas como intérpretes e agentes dessa política. Tal discurso fundamentou um horizonte de construção de uma influência brasileira no continente africano, assumindo um sentido evolutivo entre o reconhecimento de laços históricos inscritos desde a trajetória de formação do país e a necessidade de reaproximação com finalidades supostamente recíprocas.

Um princípio de mudança nos discursos sobre África e as Relações Brasil – África começaria a ser traçado a partir dos anos 1980. Influenciado pela emergência dos novos movimentos sociais, incluindo o fortalecimento do movimento negro, críticas à leitura sociológica da democracia racial, suas implicações para o debate sobre as identidades nacionais e seu suposto papel enquanto vetor de uma identidade internacional do Brasil assumem um sentido propositivo ao redirecionar o olhar para os efeitos da escravidão no continente africano:

Depois da década de 1970, o significado de um conhecido discurso ‘O Brasil tem uma dívida para com a África’, deixou de ser uma expressão de gratidão para ser um reconhecimento do custo do comércio de escravos para os africanos, bem como o impacto da escravidão e da discriminação subsequente nos descendentes dos africanos no Brasil (DÁVILA, 2008, p.304)

A demarcação de um suposto compromisso permanente e histórico do Brasil em relação à África se tornaria outro aspecto discursivo mobilizado por autoridades, intelectuais, sujeitos individuais e coletivos como meio de legitimação na produção de diferentes iniciativas estatais e/ou em parceria com o setor privado de ampliação das relações entre as duas partes do Atlântico. Apesar de não necessariamente promover uma total ruptura com as bases culturalistas, a compreensão sobre a chamada “dívida histórica” atribuía um novo sentido às relações entre identidade, cultura e política externa, chamando atenção, ainda que parcialmente, para os efeitos estruturais e estruturantes da escravidão para as sociedades africanas.

Nos últimos anos, a produção e mobilização de discursos em torno das relações Brasil – África sofreu novas alterações. A valorização da dimensão comercial assume um caráter contínuo frente ao observado desde o advento do governo Temer. Conforme exposto, a compreensão das relações econômicas como um dos principais eixos orientadores da PEB para a África assume uma aproximação com perspectivas expressas por outros atores da diplomacia brasileira após 2016. Em Discurso de Posse, o ex-chanceler José Serra (PSDB) estabelecia como uma das novas diretrizes da PEB no governo Temer alterações na política brasileira para a África, priorizando o que considerava como “um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos” (SERRA, 2016). Seu sucessor, Aloysio Nunes (PSDB), apontou para esse mesmo sentido, considerando o continente como uma “prioridade permanente da política externa brasileira” (FERREIRA, 2017, p.17), potencializada, dentre outras coisas, pela perspectiva de ampliação das relações comerciais.

No Governo Bolsonaro, os discursos em relação às interações entre Brasil e África transitaram entre a manutenção do viés comercial como norteador de um quadro de redução das iniciativas de aproximação do Brasil e uma revitalização da perspectiva culturalista. Na perspectiva de “reconstrução da identidade internacional do Brasil” (CASARÕES, 2019, p.235), a partir de premissas de interesse de segmentos ultraconservadores que ganharam força no interior do governo, passado, presente e futuro se articulam dentro de um suposto movimento de afirmação de novas bases de relacionamento:





Nesse momento em que o Brasil se esforça por reencontrar-se consigo mesmo, isso significa necessariamente um impulso de reencontrarmos-nos com a África, que é parte indispensável da nossa essência e das nossas raízes. Num mundo justamente de desenraizamento e de homogeneização das nações, contra o qual nos insurgimos, esse reencontro com as raízes africanas da nacionalidade brasileira é absolutamente fundamental. Nós buscamos não só um Brasil mais próspero, mas um Brasil também mais autêntico e mais conectado consigo mesmo. Na parceria com a África, nós queremos refletir essa mesma disposição, combinando o trabalho com a nossa identidade e a promoção de nossas relações econômicas e em tantos outros domínios. Entre nós, brasileiros, a África está presente na língua, na cultura, na religião, na dança, no DNA. O Dia da África, portanto, é também um pouco um dia nosso, do Brasil, se é que posso ousar dizê-lo. A África tem lugar sólido no edifício da nacionalidade brasileira (ARAÚJO, 2019, p. 01).

No contexto da celebração do Dia da África, o então chanceler Ernesto Araújo propusera uma revitalização de algumas das principais bases do chamado discurso culturalista, articulando-o com um diagnóstico favorável ao aprofundamento das relações comerciais. Nesse sentido, abandonaram-se as concepções vinculadas ao reconhecimento de uma “dívida histórica”, privilegiando a recuperação de noções mais vagas sobre os contatos seculares entre as duas partes do Atlântico.

A saída de Ernesto Araújo do Ministério das Relações Exteriores inaugurou um novo princípio de mudança nos discursos oficiais sobre as relações Brasil – África. Sem abandonar o caráter comercialista, um processo tímido de recuperação de características do olhar crítico em relação aos contatos emergentes via escravidão pode ser evidenciado na intervenção do então chanceler Carlos França no Dia da África em 2021:

64

Quando nós, brasileiros, falamos da África, precisamos deixar de lado o rigor protocolar do discurso diplomático a que estamos acostumados. Temos de falar da África com convicção e emoção, pois nossa ligação é indelével. A África, em seus diferentes povos, culturas e territórios, integra a ascendência de mais de 50% dos brasileiros, que se autodeclaram afrodescendentes. Foi uma história marcada pelo sofrimento de inocentes, pelo trabalho de sobreviventes e pelo anonimato de subjugados (BRASIL, 2021).

Sem fazer uso direto do signo da escravidão, o ex-ministro retomou um olhar relativamente crítico acerca da natureza dos laços entre brasileiros e africanos, inscrevendo os efeitos objetivos e subjetivos de uma experiência fundamentada pelo cerceamento das liberdades de milhões de indivíduos. Num contexto de relativo desengajamento do governo frente a temas sensíveis no campo da Política Externa, a tentativa de apaziguamento exercida pela troca na chancelaria também representaria, mesmo que timidamente, novas possibilidades de reformulação dos discursos sobre África e sobre as relações Brasil – África.

Intercâmbios entre o discurso culturalista e a perspectiva da “dívida histórica” podem ser vistos nos primeiros passos do novo governo Lula. Em recente passagem por Cabo Verde, o Chefe de Estado brasileiro reiterou o papel do continente na formação nacional, destacando o caráter miscigenado do país. Ao rememorar a experiência escravista no Brasil, o presidente impulsionaria os sentidos materiais do compromisso do Estado como continente africano:





Nós achamos que a forma de pagamento que um país como o Brasil pode fazer [...] sabe, em tecnologia, é a possibilidade de formação de gente para que tenha especialização nas várias áreas que o continente africano precisa, é ajudar na possibilidade de industrialização, na possibilidade de agricultura, e nós queremos, com a minha volta à Presidência, recuperar a boa e produtiva relação que o Brasil tinha com o continente africano (BRASIL, 2023b).

Num movimento de ativação da memória sobre a experiência da Política Externa Altiava e Ativa, Lula estabeleceu um compromisso de retomada de iniciativas ligadas à cooperação técnica, legitimadas por meio de um pragmatismo em torno da noção da dívida histórica. Entre acenos sobre os caminhos a serem empreendidos para uma retomada do caráter multifacetado das relações Brasil – África e o quadro de retrocesso vivido pela Política Externa nos últimos anos, um conjunto de desafios domésticos e sistêmicos atribuem ainda mais complexidade ao horizonte estabelecido pelo novo governo.

Desafios domésticos e sistêmicos para o novo governo Lula

Quais fatores constituem barreiras a serem enfrentadas pelo novo governo na concretização dos objetivos de recuperação da dimensão estratégica das relações Brasil – África em meio ao quadro de transformação na inserção internacional do país? Do ponto de vista sistêmico, o aprofundamento da crise global e suas múltiplas facetas alimentam incertezas quanto ao futuro das iniciativas brasileiras.

65

Em primeiro lugar, um olhar retrospectivo quanto a afirmação de uma transição hegemônica que se arrasta há quatro décadas evidencia que o desenvolvimento do sistema global em contextos de crise de um determinado ciclo de acumulação pode promover tanto constrangimentos quanto oportunidades para Estados interessados em maior projeção internacional. Na trajetória mais recente de reconfiguração da política internacional, tendo como ponto de partida os anos 1970, a PEB foi marcada pelas alternâncias entre momentos de busca por maior autonomia ou projeção no plano internacional e princípios de retração ou desengajamento frente a um projeto mais assertivo de construção de protagonismo global. De modo geral, tais oscilações coincidem com a peculiar condição do Brasil em ser um ator emergente em uma zona historicamente influenciada pelos EUA e a perspectiva histórica de afirmação de um reposicionamento do país na arquitetura política global sem confrontar diretamente o interesse do antigo centro hegemônico.

Se os tempos da Política Externa Altiava e Ativa foram marcados por um relativo descompasso entre a atuação estadunidense na América Latina e a emergência de governos de esquerda e centro-esquerda, ancorados na perspectiva de construção de autonomia regional e maior projeção externa, a segunda metade da década passada foi marcada por tentativas de recuperação da subordinação geopolítica do subcontinente em relação aos EUA. Com destaque para a ofensiva internacional contra o Governo Maduro, um processo de reaproximação entre Washington e os países da região foi mobilizado a partir da ascensão de governos de direita e centro-direita, alinhados com o avanço do reformismo neoliberal, retração na integração regional e nos objetivos de projeção externa de viés autonomista. Em que pese o relativo fracasso dessa movimentação com a derrocada da chamada Onda Azul, um novo desafio sistêmico se apresenta: a Guerra da Ucrânia.





Como aprofundamento de três décadas de uma marcha histórica do Ocidente, sob a liderança dos EUA, em estender a influência político-militar e econômica para o entorno estratégico russo, o conflito entre Rússia e Ucrânia, face militar da disputa geopolítica entre OTAN e Moscou, assume um caráter estratégico dentro do atual cenário global. Além de reforçar a subordinação da União Europeia em relação à Washington, o choque entre a estratégia estadunidense de promoção de sanções à Moscou e definição do conflito a partir de bases unilaterais encontrou resistência de diversos Estados ao redor do globo. Conforme Paulo Fagundes Vizontini, “apenas os países ricos aplicam sanções, enquanto a cooperação russa com a Ásia, Oriente Médio e a África aumenta” (2022, p.89). Nesse contexto, o Brasil se mostra favorável a uma direção distinta daquela empreendida pelos EUA e aliados. Sinalizando uma leitura crítica sobre o conflito e apontando para perspectivas de mediação a serem costuradas junto a outras potências emergentes, o país tem buscado manter uma autonomia relativamente engajada frente ao atual cenário global. Contudo, em meio ao horizonte de maior projeção do país na arquitetura internacional, perspectivas de normalização das relações com a UE em meio às negociações envolvendo o avanço do Acordo com o MERCOSUL e a retomada da dimensão multilateral da agenda ambiental, além de um reenquadramento das relações Brasil – EUA após os quatro anos de Jair Bolsonaro apontam para o desafio da PEB em afirmar um universalismo frente ao aumento das tensões globais.

Nesse panorama sistêmico, impulsionado ainda mais pelos riscos à segurança alimentar e energética, um novo exercício de habilidade diplomática diante dos atuais desafios. Assim, um movimento circunscrito aos esforços de retomada do conjunto de princípios e ações que constituíram à PEB durante os dois primeiros governos Lula se mostra insuficiente frente aos objetivos de mudança na inserção internacional no atual contexto global (SANTOS, 2023). Do ponto de vista das relações Brasil – África, diferente da primeira década do século XXI, um quadro de competição envolvendo antigas potências coloniais e os EUA, potências emergentes intra e extrafricanas, potências reemergentes e novos atores globais se mostra ainda mais acentuado. Distante dos tempos de marginalização na política internacional, a África assume um espaço relevante no âmbito das transformações globais:

66

O continente africano dispõe de recursos que o colocam em uma posição estratégica no mundo contemporâneo. Além de grandes reservas de matérias primas, muitas delas estratégicas, é preciso levar em consideração sua biodiversidade, sua capacidade em aumentar a produção agrícola a longo prazo, seu dinamismo populacional – a África, especialmente a Subsaariana, será a única região do mundo que continuará a manter taxas de crescimento demográfico até o final do século - que se reflete em um mercado considerável e com muita capacidade de expansão, dentre outros aspectos (PENNA FILHO, 2023, p.61)

Frente a sua importância econômica e política no atual cenário global e diante das perspectivas sobre o futuro do continente, os países africanos aprimoram sua capacidade de inserção no sistema mundial a partir de um processo de diversificação de parcerias. Em meio a tal processo, as relações sino-africanas despontaram como uma das principais características externas do processo de reafirmação do continente no século XXI (VIZENTINI, 2010). Num conjunto de políticas que congregam a reivindicação de princípios clássicos da diplomacia contemporânea chinesa como o respeito às soberanias e a não interferência com as necessidades de promoção do desenvolvimento interno e ampliação da atuação chinesa na política internacional. Deste modo, um processo de retomada e, ao mesmo tempo, aprofundamento da presença





geopolítica chinesa no continente africano acarretou no desenvolvimento de uma relação comercial fundamentada prioritariamente pelo exercício de uma complementaridade. Conforme Gustavo Rocha Menezes, “a parte africana constitui fonte alternativa no fornecimento de matérias-primas e energia, e a parte chinesa oferece produtos manufaturados a preços competitivos aos mercados consumidores africanos, também em expansão” (2013, p.61).

Além da importância das relações comerciais, a dimensão cooperativa assume importância, oferecendo uma alternativa aos Estados africanos a partir de um modelo que não exige contrapartidas políticas. Apesar de não constituir uma zona prioritária de afirmação dos interesses chineses, o continente africano é peça importante nas articulações multilaterais e na construção de legitimidade internacional acerca de determinadas agendas de Pequim, tais como a defesa de “uma só China”.

Outro ator a despontar de forma renovada no continente africano é a Rússia. Após forte retração da atuação de Moscou com o fim da URSS, um processo de recuperação de influência foi fomentado a partir da cooperação militar em nível estatal e privado. Com menor capacidade de ação frente às outras potências e diante das divergências frente à definição dos seus limites e possibilidades de atuação internacional, a influência russa no continente africano se mostra relevante em meio à relutância de diversos Estados africanos em cancelar a política de sanções desenvolvida pelo Ocidente contra Moscou, além da relativa aproximação do Kremlin com antigos aliados estratégicos dos EUA, como o Egito.

67

No quadro das potências emergentes, a Índia assume também certo protagonismo. De forma menos acentuada que a China, Nova Delhi desenvolve um relacionamento multifacetado, ampliando as iniciativas de cooperação técnica, a participação do continente negro no comércio exterior e uma nova etapa de internacionalização do capitalismo indiano a partir do avanço de suas multinacionais no mercado africano (BHATTACHARYA, 2010). Sem abandonar totalmente a dimensão histórica e demográfica de tais relações, um forte pragmatismo ancora a presença indiana na África, num processo de diversificação da inserção internacional do país no mundo contemporâneo.

Ainda no campo da competição geopolítica no continente africano, a presença estadunidense constitui um tema complexo. Num diagnóstico de redução relativa da influência de Washington, a mescla entre a mobilização de antigas agendas e a produção de iniciativas à luz dos desafios globais pautou os esforços do desenvolvimento de uma política que, na visão de Pio Penna Filho, deve ser classificada como “restrita” (2023, p.75). Evidência disso são os revezes dos EUA em arregimentar o apoio africano em prol de uma estratégia de isolamento internacional da Rússia. Entre outras potências ocidentais, antigas metrópoles coloniais como a França buscam reforçar seus laços neocoloniais com diferentes territórios no continente, visando recuperar certo espaço perdido para os atores emergentes e as novas potências globais.

Acrescentam-se ao complexo quadro de aprofundamento da crise sistêmica e ao nível de competição geopolítica no continente africano, fatores de ordem doméstica como variáveis de análise acerca dos desafios de uma reinserção brasileira no vizinho Atlântico. Entre as principais questões, destacam-se a natureza da coalizão de sustentação do atual governo, a necessidade da arregimentação de recursos para o desenvolvimento de novas iniciativas em prol de uma renovada política africana e a mobilização de grupos de interesse em nível doméstico, capazes de contribuir para ampliação e diversificação das relações Brasil – África.





A frente política que se organizou ao redor da candidatura Lula no segundo turno das eleições presidenciais assumiu um caráter heterogêneo quanto aos horizontes de transformação na Política Externa. Apesar de convergirem quanto à necessidade de alteração nas características básicas da inserção internacional brasileira após a experiência de quatro anos de governo Bolsonaro, a composição do atual governo Lula comporta tanto perspectivas de uma orientação externa pautada pelo aprofundamento do projeto neoliberal no país e relativa recuperação do protagonismo em agendas multilaterais como meio ambiente e direitos humanos, quanto olhares mais autonomistas e revisionistas sobre a posição do Brasil na arquitetura política global (SANTOS, 2023). Apesar da nomeação de Mauro Vieira representar uma vitória relativa da segunda posição, os primeiros meses de governo já indicaram fissuras importantes entre alguns dos seus principais atores, especialmente em temas como a Guerra da Ucrânia, as negociações internacionais envolvendo o Acordo Mercosul – UE, os anseios de entrada do Brasil na OCDE e as relações entre Brasil – Venezuela. Nesse cenário, uma recuperação da influência geopolítica do Brasil no continente africano passa também pela definição de um conjunto de prioridades envolvendo o processo de reconstrução da Política Externa, redefinindo, de forma mais sólida, o lugar almejado pelo país em meio às transformações sistêmicas.

Um segundo desafio de ordem doméstica diz respeito à mobilização de recursos para o desenvolvimento de iniciativas em prol da reafirmação do caráter multifacetado das relações Brasil – África. Além da ampliação da capacidade orçamentária do MRE e de agências como a ABC em prol da elevação da presença física do país e dos projetos de cooperação com o continente africano, concorda-se com Danilo Marcondes (2023) sobre a necessidade de revitalização do papel do BNDES na ampliação das iniciativas econômico-financeiras do país na direção do continente africano, considerando a ampliação das relações comerciais e o fornecimento de crédito para iniciativas públicas e privadas. Ao contrário dos tempos da Política Externa Altiava e Ativa, marcados por um quadro de crescimento econômico interno e elevação dos preços das commodities, o atual contexto é marcado por diversos desafios, tanto macroeconômicos como os índices inflacionários e baixa taxa de crescimento, quanto estruturais como a redução da capacidade de investimento do Estado, afetado diretamente pelo reformismo neoliberal da segunda metade da última década.

Por fim, o estabelecimento de pontes entre o governo e alguns grupos de interesse que ocupam posições instáveis no atual estágio da luta política brasileira assume a condição de um terceiro desafio doméstico. São eles: o agronegócio, os militares e empresas brasileiras. Em meio à diminuição do papel da indústria na composição do comércio exterior do país, o agronegócio ganhou força enquanto vetor da internacionalização econômica do país, ampliando sua capacidade de influência sobre a formulação da PEB. Para Eduardo Morrot Coelho Madureira (2023), tal projeção atingira seu auge durante o governo Bolsonaro, quando os interesses de tal segmento prevaleceram mesmo diante de agendas defendidas por outros setores pertencentes à coalizão governista, como movimentos e representantes de extrema-direita. O papel do agronegócio também refletiu num processo de institucionalização, com a criação de um Departamento específico para o setor e a ampliação no número de adidos agrícolas (SIEBENEICHLER, 2021). Dada sua importância na atual composição do comércio Brasil – África, a recuperação das exportações brasileiras para o continente negro passa também pela articulação entre Estado, governo e o setor. Apesar da sua heterogeneidade, parcela importante do segmento esteve ao lado do então candidato Jair Bolsonaro, expressando ressalvas frente ao novo governo Lula.





Em relação aos militares, um processo de reaproximação assume uma dupla consequência. Num plano central, o ambiente de relativo otimismo acerca de um processo de insulamento das forças armadas na primeira década do século XXI deu lugar a uma retomada da instituição para o centro da luta política nacional. Com maior força durante o governo Bolsonaro, a presença dos militares nas estruturas do poder executivo se refletiu tanto numericamente quanto qualitativamente. Na última dimensão, para além dos cargos ocupados, destacou-se também a capacidade de influência na formulação de diferentes agendas, inclusive no tocante à Política Externa. Nesse sentido, uma tarefa para o novo governo Lula reside em lidar com um cenário de “politização” dos quartéis, fator promotor de instabilidade político-institucional. Especificamente para as relações Brasil – África, a mobilização dos militares se apresenta como um fator importante para a ampliação na Cooperação em Segurança e Defesa, além da produção de iniciativas voltadas à Cooperação Humanitária.

Enquanto um terceiro segmento dinâmico, o setor empresarial brasileiro também merece destaque dentro de um processo de reinserção do Brasil no continente africano. Ao longo da experiência da Política Externa Altiiva e Ativa, uma nova fase de internacionalização das empresas brasileiras ganharia corpo a partir de uma política de aliança entre Estado e setor privado. Conforme Ana Saggiore Garcia (2016), no interior de tal movimentação, iniciativas como a garantia de apoio diplomático, oferecimento de linhas de crédito e financiamento, além da abertura de negociações em prol da maximização das condições de ação das empresas brasileiras fundamentou um processo de avanço do capitalismo brasileiro em diferentes regiões e continentes, tais como a América Latina e a África. Esse processo não foi desprovido de ambiguidades e problemas, expresso nos impactos sociais, ambientais, políticos e econômicos da atuação do setor privado brasileiro para as sociedades dos países receptores. No atual contexto, a reativação de segmentos ligados à construção civil e produção de obras de infraestrutura se torna ainda mais desafiante diante do recuo significativo sofrido por diversas empresas após a Operação Lava-Jato, além do próprio quadro macroeconômico do país.

69

Entre desafios de ordem sistêmica e doméstica, o horizonte de reaproximação brasileira junto ao continente africano a partir de uma relação multifacetada se mostra cada vez mais dependente de novas estratégias de ação. Nesse sentido, sem desconhecer a importância da reativação de princípios e linhas de atuação expressas a partir da experiência da Política Externa Altiiva e Ativa, uma nova política brasileira para a África exigirá a criação de condições institucionais e socioeconômicas favoráveis para o desenvolvimento de uma atuação mais assertiva em meio a um ambiente cada vez mais competitivo.

Considerações finais

Estabelecida como uma das prioridades do novo Governo Lula em meio aos esforços de mudança na Política Externa, às relações Brasil – África reassumem uma dimensão estratégica na defesa de uma posição mais assertiva do país em meio às transformações globais. No horizonte de reaproximação geopolítica frente ao continente negro, diferentes desafios de natureza doméstica e sistêmica fazem de um novo processo de travessia ao Atlântico um caminho ainda mais longo.





Diante de um quadro global impulsionado pelo aprofundamento da crise sistêmica e pela elevação das tensões internacionais a partir da Guerra da Ucrânia, um processo de reconstrução da Política Externa exige maior habilidade de ação, tendo em vista a inexistência de condições favoráveis para o desenvolvimento de uma política autonomista sem confrontação direta com o antigo centro hegemônico. Além de tal característica, do ponto de vista das relações africanas com a dinâmica global, o quadro de competição envolvendo diferentes potências se torna um desafio ainda maior diante dos efeitos negativos do processo de retração na atuação do país naquele continente. A partir de diferentes estratégias, potências como China, Rússia, Índia e África do Sul demonstram estarem à frente do Brasil em relação aos projetos de inserção no continente africano, mobilizando recursos e ampliando as interações com diferentes atores nacionais e regionais.

Além dos aspectos sistêmicos, elementos de ordem doméstica também ampliam as tarefas do Brasil. Em meio ao ambiente de instabilidade política, a sombra do autoritarismo, a emergência de contestações acerca das bases da democracia representativa e suas instituições no país abrem cisões no complexo Estado-Sociedade, criando princípios de tensão e afastamento entre as partes diante dos rumos da luta política. Considerando os esforços de reconstrução da presença geopolítica do Brasil no continente africano a partir da reativação de princípios e ações vinculadas à experiência da chamada Política Externa Ativa e Ativa, um movimento de reaproximação entre o novo governo e alguns grupos de interesse com participação histórica no desenvolvimento dos laços entre as duas partes do Atlântico se fazem necessários. Nesse sentido, num processo de articulação entre ações Estatais, interesses institucionais e privados, uma nova e estratégica política brasileira para o continente africano passa pela mobilização intragovernamental e extragovernamental envolvendo setores dinâmicos como o agronegócio, empresas de infraestrutura e tecnologia, além de industrialistas, além de movimentos sociais, partidos políticos e atores institucionais como os militares, num movimento de construção de consenso e solidez para o desenvolvimento de uma política assertiva.

Após dez anos de declínio na inserção internacional do Brasil e relativo desengajamento governamental acerca das variáveis que historicamente constituíram os movimentos de aproximação entre Brasil e África ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, uma espécie de nova janela de oportunidade se abre com a perspectiva de revalorização de uma PEB direcionada para objetivos autonomistas e universalistas. Contudo, nas fronteiras entre discursos, intenções e práticas, reinvenção e dinamização se tornam palavras de ordem para um efetivo processo de reconstrução de um conjunto ações em prol de uma recuperação do espaço perdido pelo país no continente negro.





REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elga Lessa. Do outro lado do Atlântico: as relações políticas e econômicas entre o Brasil e os países africanos desde o século XX. Caderno do CEAS, Salvador, v. 241, n.241, p.445-476, mai./ago. 2017.

ARAÚJO, Ernesto. Discurso na conferência “A cooperação entre o Brasil e a África”, por ocasião da celebração do Dia da África, em Brasília (27/05/2019). In: _____ [Org]. A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. Brasília: FUNAG, 2020, pp. 249-260.

ARRIGHI, Giovanni. O século XX. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BHATTACHARYA, Sanjukta Banerji. Engaging Africa: India’s interests in the African continent, past and present. In: CHERU, Fantu; OBI, Cyril (Orgs.). The rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions. London; New York: Zed Books, 2010.

BRASIL, Henrique Gerken. Relações Externas Brasil – África: Da Política Externa Independente ao Governo Lula. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Intervenção do Ministro Carlos França pela celebração do Dia da África. Brasília, 25 de mai. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/intervencao-do-ministro-carlos-franca-pela-celebracao-do-dia-da-africa-brasilia-25-05-2021>. Acesso em: 02 ago. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Exportação e Importação Geral. COMEX STAT. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> . Acesso em: 02 out. 2023.

_____. (2023-2026: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso do presidente da República em razão do dia da África. Brasília, 25 mai. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-em-razao-do-dia-da-africa>. Acesso em: 02 ago. 2023.

_____. (2023-2026: Luiz Inácio Lula da Silva). Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva após encontro com o presidente de Cabo Verde, José Maria Neves. Praia, 19 jul. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-encontro-com-o-presidente-de-cabo-verde-jose-maria-neves>. Acesso em: 02 ago. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-tecnica/acordos-vigentes/acordos-bilaterais>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CASARÕES, Guilherme. Eleições, Política Externa e os Desafios do Novo Governo Brasileiro. Pensamento Propio, n. 24, 2019. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/eleicoes.pdf> . Acesso em: 06/01/2023.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.





_____. LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.57, n.2, p.133-151, 2014.

COX, Robert W. *Forças Sociais, Estados e Ordens Mundiais*. Tradução de Caio Gontijo. Oikos, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 10-37, 2021.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FERREIRA, Aloysio Nunes. *A Nova Política Externa Brasileira*. *Cadernos de Política Exterior*, Brasília, v. 3, n.6, p.15-26, dez. 2017.

FRANCISCO, Flávio; SANTOS, Kethelyn; ALVES, Maryanna Sagio. O vácuo brasileiro nas relações Brasil – África e as transformações no continente africano. In: AZZI, Diego Araújo; RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio; SOUZA, Ana Teresa Lopes Maria de. *A política externa de Bolsonaro na Pandemia*. São Bernardo do Campo: OPEB, 2020, p.08-20.

_____; et.al. O realinhamento brasileiro e o fim da África Estratégica. In: MARINGONI; Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana (Orgs.). *As Bases da Política Externa Bolsonaroista*. Santo André: UFABC, 2021, p.183-197.

FREDDO, Daniela; SOUZA, Guilherme Gomes de Barros de. Entre diplomacia e comércio exterior: uma análise das relações Brasil – África. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v.6, n.12, p.175-195, jul./dez.2021.

GARCIA, Ana Saggiaro. Políticas públicas e interesses privados: multinacionais brasileiras e a cooperação na América Latina. In: LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos R. S.; MUÑOZ, Enara Echart. *Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2016, p. 189-214.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. *Desventuras de alguns críticos da Política Externa do Governo Lula*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 89, p.275-295, 2013.

LAGE, Victor Coutinho. Os debates em Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista. In: *Fronteiras*, Belo Horizonte, v.6, n.12, p.101-121, 2007.

LAMAS, Isabella; FINAZZI, João; NASSER, Reginaldo. Entre Porto Alegre e Davos. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017, p.134-139.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os Governos Jânio Quadros/ João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: FUNAG, 2011.

MADUREIRA, Eduardo Morrot Coelho. *A influência ruralista na política externa do governo Bolsonaro*. 2023. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MARCONDES, Danilo. O Brasil de volta à África? Desafios e oportunidades para o engajamento brasileiro no continente africano. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, n.6, p.136-154, 2023





MENEZES, Gustavo Rocha de. As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

MILANI, Carlos R. S. ABC 30 anos: história e desafios futuros. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil, Rio de Janeiro, v.9, p.01-19, 2020.

PENNAFORTE, Charles. Análise dos Sistemas-Mundo: uma introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. Pelotas: UFPel, 2023.

PENNA FILHO, Pio. A África no século XXI. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, n.6, p.59-79, 2023.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, Mateus José da Silva. "O interesse por um presente que é seu": O tempo-presente da Política Externa e os desafios para a escrita da História. Revista Intellector, v. 18, n. 36, p.45-51, 2022.

_____. O Brasil que sai das urnas em direção ao mundo: considerações sobre o futuro da política externa no Governo Lula. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v.13, n. 37, p.130-137, 2023.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. In: Revista de informação legislativa, Brasília, v.30, n.118, p.219-236, abr./jun. 1993.

_____. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1996.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balança da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? Relações Internacionais, Lisboa, n. 44, pp. 25-35, 2014.

SERRA, José. Discurso do Ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores. Brasília, 18 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

SIEBENEICHLER, Amanda Jandrey. O agrolobby em múltiplas escalas: uma análise da influência do agronegócio na política externa brasileira. Monções: Revista Brasileira de Relações Internacionais da UFGD, v.10, n.19, p.436-479, 2021.

SILVA, Heloisa C. Machado. Da deterioração dos Termos de Intercâmbio à Consolidação do Modelo Substitutivo de Exportações: a política exterior de comércio exterior brasileira de 1954 aos nossos dias. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz. O crescimento das Relações Internacionais no Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005, p. 271-302.

TAIBÓ, Carlos. La Rusia Contemporánea y el mundo: entre la rusofobia y la rusofilia. Madrid: Catarata, 2018.





TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil Lula Alckmin 2023-2026, Coligação Brasil da Esperança. Brasília: TSE, 2022a. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf>. Acesso em: 04/12/2022.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A África Moderna: continente em mudança (1960-2010). Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

_____. A Rússia face ao Ocidente. São Paulo: Edições 70, 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

